

## **O Império na Província: “O Propagador da Indústria Rio-grandense” (1833-1834)**

Álvaro Antonio Klafke

O processo simultâneo de construção do Estado e da Nação brasileiros tem merecido uma atenção bastante considerável na produção historiográfica recente. As investigações sobre as formulações das propostas e ações políticas concretas dos atores históricos vêm orientando a reflexão em direção ao exame das complexidades com que se defrontaram os protagonistas dos embates que, a grosso modo, perpassaram grande parte do século XIX, e resultaram no Estado imperial unificado.<sup>1</sup>

Os grupos que defendiam a monarquia unificada no Brasil, em meados do Oitocentos, lograram atingir um razoável consenso em torno da necessidade da centralização, a qual só pode ser obtida pela ampla atividade de segmentos que estavam fora do âmbito do governo central. Este é o pressuposto básico deste trabalho, e ele vai ser defendido, fundamentalmente, através da análise de “O Propagador da Indústria Rio-grandense”, jornal publicado nos anos de 1833-1834 na então Vila do Rio Grande (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul), núcleo portuário e comercial e importante elo de ligação entre a província e as demais regiões do Império, a Europa, os Estados Unidos e os Estados platinos.

O periódico era mantido pela Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, entidade constituída por um grupo da elite “ilustrada” provincial. Estes agentes, vivendo um período crucial da história do Rio Grande do Sul e determinante para a formação do Estado nacional brasileiro, não limitavam sua atuação ao âmbito local, propondo-se a “pensar” o Brasil enquanto totalidade imperial. Ainda que a entidade (Sociedade Promotora) tenha sido formada e atuasse num espaço reconhecidamente periférico, em relação ao centro do Império e à Europa, percebe-se a intenção de estabelecer um diálogo e conexões com esses espaços mais amplos. Neste sentido, no contexto de uma “nação em formação”, este

segmento da elite tentava influir no processo de organização estatal e, simultaneamente, associar-se às elites do centro do Império no labor de “forjar-se” como classe dominante.<sup>2</sup>

A atuação desse grupo na defesa da unidade ganha relevo por situar-se numa quadra histórica especialmente problemática, pois o período que sucede à Abdicação é reconhecidamente farto em demonstrações de manifestações autonomistas. Numa conjuntura local (especialmente), mas também nacional adversa às justificativas centralistas, o Propagador posiciona-se, permanente e intransigentemente, a favor da integridade imperial e da autoridade do governo monárquico. As razões que fundamentam esta postura devem ser buscadas na constituição da Sociedade Promotora, predominantemente dominada por negociantes ligados ao transporte marítimo, com vínculos comerciais estabelecidos com o centro do Império.<sup>3</sup>

Uma leitura do conjunto dos textos do Propagador nos mostra uma escolha inegável pela abordagem dos temas que permitiam a pregação em direção à defesa da centralização imperial e contra os perigos das dissensões. Simultaneamente, e no espírito da época, percebe-se o discurso modernizador ancorado nos princípios do reformismo ilustrado, tentando resolver no plano retórico a difícil síntese entre o progresso e a manutenção de uma estrutura social arcaica e rigidamente hierarquizada.

Uma visão integral do território do “país” já aparece no primeiro número. Em 30 de janeiro de 1833, num artigo denominado “Influência da Indústria na grandeza, e prosperidade das nações, e sua necessidade para o Brasil”, faz-se a seguinte apreciação:

“Qual é o país comparável ao Brasil pela parte de suas faculdades, e suas qualidades físicas! Um território imenso, um solo fertilíssimo e capaz de todas as produções do Mundo; climas variados, e todos temperados pelas mais felizes circunstâncias locais; os mais úteis animais dos dois hemisférios; uma vegetação eterna e preciosa; os metais do maior valor, já considerados como representativos, já em sua utilidade para o uso das Artes; rios navegáveis até o coração do Império, e até além dos seus limites; portos seguros e cômodos, numa posição geográfica a mais própria para facilitar a comunicação com as cinco partes do Mundo. [...] Todo brasileiro deve sentir o mais vivo entusiasmo quando encara os futuros destinos de uma Pátria tão bela. [...] Mas este futuro não passará de um sonho filantrópico, e de uma doce quimera; e todas as vantagens territoriais serão perdidas se teirmos em permanecer no estado de

oscilação e divisão, que tem já obstado ao seu desenvolvimento; e se em vez de cultivar as ciências, que ensinam a tirar partido dos meios naturais de produção, e de nos entregarmos ao trabalho industrial, permanecermos no ócio”. (O Propagador... N. 1, 30 de janeiro 1833)

O conjunto do texto é de uma eloquência notável ao destacar as potencialidades naturais de uma “Pátria tão bela”, mas note-se que a sua realização está condicionada à manutenção da unidade. O Brasil é uma totalidade formada por partes distintas que se complementam, não funcionando separadamente. É apropriada, neste sentido, a imagem de um corpo cujas artérias (“os rios navegáveis”) ligam-se ao coração do Império.

Essa “doce quimera”, esse “sonho filantrópico” avalizado pelas “mais felizes circunstâncias locais” era uma imagem recorrente e antiga. Expressões semelhantes, usadas aliás desde a época dos descobrimentos, denotam “a utilização do recurso ao discurso utópico para o reforço da reinterpretação do esquema teórico embasador do projeto da unidade luso-brasileira”.<sup>4</sup>

Ainda que após a Independência, e mais agudamente depois da Abdicação do Imperador, em 1831, o discurso da unidade luso-brasileira tenha sido um tanto alterado com a oposição anti-lusitana, a força da idéia de grandeza, unidade e riqueza do Império atlântico persistiu, agora direcionada para a realização do enorme potencial deste império “genuinamente” brasileiro. A retórica do Propagador, assim, pode ser vista como portadora de elementos de continuidade, reprocessados de acordo com os novos tempos. Notemos que, para o Brasil,

“[...] uma nova Era de civilização seria aberta, e a América, pela aparição quase instantânea de um riquíssimo estado, veria chegar mais prontamente a sua vez de grandeza e glória, que lhe é destinado na ordem dos acontecimentos, e das revoluções do gênero humano”. (N. 36, 8 de junho de 1833)

Mas todo esse potencial tinha entraves para sua realização, pois o Brasil é muito grande e heterogêneo, portanto,

“[...] convém antes de tudo promover as associações agrícolas em todos os distritos, em que for possível fazê-lo; e esta necessidade é tanto mais palpável, quanto nossos variados climas, e diferentes produções, nos

diversos territórios compreendidos na vastidão do Império, exigem diferentes conhecimentos, e diferentes práticas, que o cultivador isolado não pode nem introduzir nem vulgarizar”. (N. 57, 24 de agosto de 1833)

Veja-se que, na proposição de soluções, é considerada a heterogeneidade geográfica do Império. Tudo isso reforça a percepção de que o Propagador, em alguma medida, “fala” para o Brasil, pois é a totalidade do Império seu foco mais freqüente.

A diversidade agrícola (percebida enquanto potencial, é claro) mostra um Brasil ainda a ser integrado, múltiplo, heterogêneo em muitos aspectos. Se a heterogeneidade notada com relação às possibilidades econômicas é avaliada positivamente, o mesmo não se dá quando esta se manifesta no seu conjunto de leis, e isto é especialmente grave no julgamento do periódico, para quem é tão valiosa a defesa da centralização monárquica. Num texto em que se analisa o estado da legislação brasileira, com vistas à notícia de que seria formada uma comissão para revisão do corpo de leis, há um diagnóstico bastante severo, e a legislação do Brasil é vista como “singularmente confusa, contraditória, e insuficiente, nem outra coisa poderia resultar da heterogeneidade de seus elementos, e da diversidade das influências, sob as quais tem sido produzida”. Feito o diagnóstico, são abordadas as soluções, e a proposta de criação da comissão de revisão é criticada, apesar de não se duvidar das “luzes não vulgares, e ilibado patriotismo” dos seus membros. O problema, pergunta o redator, é se “uma numerosa Comissão conterà o princípio centralizador, que é essencial a um corpo de Leis”. (N. 75, 2 de novembro de 1833) O que importa destacar é que aqui novamente percebemos a noção de heterogeneidade, a defesa da centralização e a postura de “pensar o Brasil”, para além dos limites da província. O Império, nunca é demais repetir, não era visto como um todo uno e indivisível, ao contrário, era um conjunto que necessitava de uma articulação que promovesse um mínimo de coesão.<sup>5</sup>

A unificação deste “vasto Império” sempre foi um tema recorrente no discurso do periódico. Quando o redator discorre, por exemplo, sobre o plano de criação da Companhia

de Paquetes a Vapor, que operaria em toda a costa brasileira e chegaria até Montevideu, é destacado o potencial unificador desta linha regular de transporte e comunicação:

“A prontidão das comunicações, resultado certo da empresa em questão, pode mesmo influir nos destinos do Brasil na época crítica, em que pelas reformas constitucionais se vão estabelecer vínculos mais ou menos relaxados entre as províncias, e a capital: pois que abreviando as distâncias, ou, o que é o mesmo, removendo as dificuldades das comunicações, torna menos sensível a necessidade do muito amplo desenvolvimento do princípio federal, e dá mais vigor ao princípio da centralização, tão essencial às formas monárquicas”. (N. 58, 28 de agosto de 1833)

Esta citação é reveladora de pontos fundamentais em minha análise do periódico: o combate aos princípios federalistas; o conteúdo político, a despeito da retórica que reitera a intenção de manter-se distante das disputas políticas (antecipam-se os problemas que poderão advir das reformas constitucionais, já procurando remediá-los); e a insistência no “princípio da centralização”.

A prodigalidade na divulgação de imagens que apontam para um sentido geral do seu discurso – a unidade monárquica com o mínimo de dissensão – vincula-se a aspectos que perpassam toda a retórica do Propagador e que o aproxima das elites do centro do Império: a busca permanente da conexão do destino da Província ao da Nação em construção, e a intenção manifesta de influir no processo de construção do Estado. Estes dois aspectos estão imbricados, e sua abordagem merece uma reflexão mais geral sobre o papel desempenhado por instâncias locais neste processo amplo. O discurso deste grupo de elite provincial contém elementos que o aproximam do que costumeira e um tanto apressadamente chamamos de “discurso dominante”, tomado como uma espécie de fórmula emanada a partir de um centro hegemônico. A não aceitação deste pressuposto impõe um questionamento da percepção das ações de âmbito local como mero reflexo de uma dimensão estrutural que o sobrepassa. Refiro-me ao destaque que é dado à atuação de um grupo social local na construção desta estrutura global na qual não está simplesmente imerso, sendo conduzido ou sofrendo suas determinações. Os agentes locais são, em maior

ou menor grau, também constituidores dos âmbitos “superiores”, por vezes demasiadamente abstratos, aos quais fazemos referência no trabalho historiográfico.

É com base neste argumento que procuro ponderar o grau de liderança e capacidade de “condução” que Ilmar Mattos parece conferir à elite Saquarema atuante junto à Corte. Não se trata de negar a pertinência das percepções do autor, uma vez que me parece bem demonstrado o processo geral de construção simultânea do Estado imperial e da classe que o controlava. Trata-se, no entanto, de argumentar, à luz da leitura do *Propagador*, que muito do “projeto Saquarema” era menos uma emanção da Corte do que uma atividade centralizadora de interesses e posturas ideológicas disseminadas pelas províncias.<sup>6</sup>

Embora no fundamental eu tenda a concordar com os argumentos centrais de Mattos, no que se refere ao período específico de atuação da liderança saquarema (depois de 1840), parece-me que ele não apresenta explicação para a manutenção da unidade no período anterior a esta direção centralizadora. O fato é que se a monarquia foi efetivamente consolidada depois de 1840, torna-se importante tentar perceber por quais fatores ou mecanismos esta frágil unidade se manteve, a duras penas é verdade, durante os turbulentos anos das regências. Isto faz com que o papel daquela liderança seja um tanto ponderado, pois mostra que muito do que o autor apresenta como projeto de governo é anterior a este, estando disseminado por muitos corações e mentes pensantes de outras partes do “vasto” Império. É a leitura do *Propagador* que me permite propor tal conjectura, e este texto, a rigor, é apenas uma amostragem da argumentação do periódico que vai toda neste mesmo sentido.

Há que se questionar em que medida as lideranças locais seriam também formadoras, e não simplesmente reprodutoras de uma ideologia, e neste sentido a leitura do *Propagador* pode aportar algo. O jornal não “adere” simplesmente à causa imperial, ele propaga o discurso de um grupo que vê na unidade do Império a melhor garantia de interesses específicos. Ao estabelecer uma ligação entre estes interesses e os do Estado no

momento de sua estruturação, estes atores procuram fazer com que a sua verdade seja a verdade de todos, agindo então não somente como “propagadores” da indústria rio-grandense, mas também propagadores, e, mais importante, formuladores do aparato ideológico das elites imperiais.

E este papel de formulação cresce de importância na medida em que ele é desempenhado num momento extremamente perigoso para o unitarismo, que é o período regencial, onde a figura do Rei não tem a força catalisadora do primeiro e segundo reinados.<sup>7</sup> Mesmo Ilmar Mattos, ao caracterizar a ação da Coroa como um partido, embora destaque mais a atuação dos líderes do governo, não desconsidera o uso da imagem do Imperador.<sup>8</sup> Se aceitarmos que o peso desta imagem teve um papel político importante, mormente numa sociedade com fortes rasgos de Antigo Regime, como a do Brasil oitocentista, queda por analisar os mecanismos de formulação de uma política unitária em um momento em que um rei, criança tutorada, oferecia muito pouco em termos de imagem que transmitisse a idéia de elemento de convergência.

Assim, para aqueles empenhados na difícil tarefa de centralização durante a regência, havia que construir outras imagens que apontassem no mesmo sentido. O Propagador foi incansável nesta labuta, e note-se que dificilmente fazia referência à figura do rei. A preferência recaiu sobre fórmulas que evidenciassem o caráter de monarquia constitucional na percepção do Estado que se formava, sendo recorrente o uso do termo “Lei”, abarcando não somente o arcabouço legal como seus agentes executores. Procurava-se colocar o governo num plano superior, neutro, desvinculando-o da própria atividade política. Neste sentido, são quase que intercambiáveis, na retórica do jornal, os termos “Lei”, “Governo”, “Autoridade Pública”, “Governo Ilustrado”, “Autoridades Administrativas” todos grafados, assim mesmo, com maiúsculas. Por contraste com os perigos relacionados à “anarquia”, às “paixões” e às “dissensões”, aquelas expressões corresponderam, no discurso do periódico, ao uso do “poder imperial” e à própria figura do imperador que tanto aparecerá posteriormente.

É difícil saber da efetiva força simbólica de imagens do tipo das usadas pelo redator do Propagador, mas talvez não devamos subestimar sua eficácia entre uma elite que se reconhecia como “classes ilustradas”, que era para quem o jornal se dirigia. De qualquer maneira, são imagens que se ligam a uma proposta de configuração do Estado que acabou vencendo, impondo-se ao território de todo o Império pela ação, claro, de uma liderança central, mas também pelo trabalho de agentes locais para os quais a unidade era também a condição de dominação de classe.

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, a obra coletiva organizada por JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo – Ijuí: Hucitec/FAPESP/UNIJUÍ, 2003.

<sup>2</sup> O processo de formação da classe dominante que acontece concomitantemente à própria formação do Estado imperial brasileiro, nos termos em que é defendido por Ilmar Mattos, será uma espécie de fio condutor a orientar a leitura do jornal, na medida em que reconheço como válido o reconhecimento do sucesso da tarefa de centralização efetivada pelos agentes que o autor destaca, os principais líderes conservadores. Entretanto, pretendo argumentar que o processo referido tem raízes que transcendem a delimitação temporal e espacial estabelecida pelo destaque conferido à liderança saquarema. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

<sup>3</sup> Os limites do texto não permitem uma demonstração da constituição da Sociedade Promotora. A afirmação sobre a predominância dos comerciantes é feita baseada em pesquisas já realizadas para minha dissertação de mestrado em andamento, que versa sobre a atuação da entidade e suas propostas em relação à construção do Estado imperial.

<sup>4</sup> LIRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. p. 21.

<sup>5</sup> Daí a similitude da postura do Propagador com o que Ilmar Mattos identifica como o “projeto saquarema”. Em linhas gerais, a atuação da liderança conservadora, “Saquarema”, voltou-se para a unificação do Império, articulando o território e suas elites nos marcos favoráveis aos interesses do principal setor econômico de então, o da agricultura exportadora localizada nas áreas próximas da Corte, num momento em que o incremento da produção e comercialização do café tornava o produto uma das principais fontes de riqueza para as (nem tão) novas e antigas elites. Analisando esse processo, Mattos destaca o componente político envolvido na atuação dos agentes, e é atento a este aspecto, também, que me parece poder-se compreender o discurso do jornal. Neste sentido, a preocupação com a legislação é bem demonstrativa dessa atividade e desse pensamento eminentemente político.

<sup>6</sup> Uma postura crítica em relação à obra de Mattos aparece, por exemplo, no trabalho de Dolhnikoff, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: JANCSÓ, op. cit. Ainda que eu concorde com muito da avaliação sobre a atuação das elites locais realizada por Dolhnikoff, penso que o “federalismo” foi um tanto superestimado. A relativa autonomia provincial perde muito da sua força em função da necessidade de um grau muito forte de centralização imposto pela manutenção do sistema escravista, como a própria autora admite.

<sup>7</sup> Reconhecendo a relevância da dimensão simbólica do poder político, especialmente numa monarquia estabelecida sobre um território recente e precariamente unificado, as lideranças conservadoras do Segundo Reinado centralizaram a representação do poder na figura do rei, conforme descreve SCHWARCZ, Lília K.M. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998. A imagem imperial como elemento simbólico de larga utilização ainda no Primeiro Reinado é destacada no trabalho de SOUZA, Iara L.C. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo -1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999. A autora salienta também o trabalho de “desconstrução” da imagem de D. Pedro I efetuada após a Abdicação. A indicação destas obras não implica em super-dimensionar o valor atribuído à representação do poder. Entretanto, sem deixar de reconhecê-lo, observo que se deve atentar para o interregno de “vazio” simbólico do período decorrido entre a Abdicação e a Maioridade.

<sup>8</sup> MATTOS, I. R. Op. cit. p. 192.